

**ATA DA REUNIÃO DO CPLS - COMITÊ DE PATRIMÔNIO, LOGÍSTICA E SUSTENTABILIDADE,  
INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO GP N. 254, DE 22 DE AGOSTO DE 2022.**

**2a Reunião Ordinária do ano de 2024**

Data: 10 de julho de 2024

Horário: início às 14h e término às 16h.

**Presentes**

**Exma. Desembargadora Cristiana Maria Valadares Felon** - coordenadora do Comitê;

**Patrícia Helena dos Reis** - Diretora-Geral;

**Márcia Aparecida Ferreira Campos** – representante da Diretoria-Geral;

**Rafaela Oliveira Câmara Frazão** - convidada, representando a Diretoria de Administração;

**Otávio Cenachi de Almeida** – representante da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

**Lucilene Magalhães Penha de Carvalho** - convidada, representando a Diretoria de Orçamento e Finanças;

**Lucas Bustamante Van Wijk** - convidado, representando a Secretaria da Corregedoria e da Vice-Corregedoria;

**Thaís da Costa Cruz** - convidada, Secretária de Governança e Estratégia;

**Neuza Lima Pereira** - representante da Secretaria da Escola Judicial;

**Verônica Wanderley Assunção** - representante da Secretaria de Inteligência e Polícia Institucional;

**Ana Elisa Rodrigues Tavares** - convidada, representando a Secretaria de Inteligência e Polícia Institucional;

**Carolina Santa Rosa Nogueira da Gama** - representante da Secretaria de Material e Logística;

**Breno Dias Rodrigues** - representante da Secretaria de Engenharia;

**Hudson Luiz Guimarães** – representante da Secretaria de Gestão Predial;

**Gustavo Henrique Mendes Gabriel da Silva** - convidado, Secretário de Gestão Predial;

**Adriana Spinelli** - convidada, representando a Secretaria de Comunicação Social;

**André de Castro Righi Rodrigues** - representante da Divisão de Governança e Conformidade das Contratações;

**Júnia Paula Fernandes de Oliveira** – representante da Seção de Sustentabilidade e Inclusão; e

**Lisana Hildegard Melo** - convidada, representando a Seção de Sustentabilidade e Inclusão.

## **Pauta da reunião:**

- 1) Esclarecimentos sobre o IDS (Índice de Desenvolvimento Sustentável);
- 2) Revisão do PLS (Plano de Logística Sustentável) e do respectivo Plano de Ações.

## **Deliberações:**

Júnia iniciou a reunião fazendo uma síntese da última reunião (16/05/2024), devido à presença de vários servidores que não compareceram ao encontro anterior.

### **1) Esclarecimentos sobre o IDS (Índice de Desenvolvimento Sustentável).**

Júnia apresentou as linhas gerais do IDS, mostrando o panorama do resultado do IDS de todos os Regionais Trabalhistas, com foco no resultado do TRT3.

Patrícia elencou algumas ações/projetos do tribunal que guardam relação com temas relevantes para a aferição do IDS, tais como redução da distribuição de papel; monitoramento de possíveis vazamentos; energia fotovoltaica; troca de torneiras à medida que a vida útil for chegando ao fim, dentre outros.

Dra. Cristiana Fenelon reiterou questão mencionada na reunião anterior acerca da necessidade de que os processos administrativos julgados no Tribunal Pleno sejam também virtualizados, evitando-se, assim, a impressão excessiva de documentos.

Otávio, representante da DTIC, informou que o sistema de outsourcing, atualmente utilizado no Tribunal, será programado para que as impressões sejam no padrão frente e verso, e não simples.

Foi ponderado com a representante da SECOM a necessidade de uma massiva campanha de conscientização sobre as questões afetas à sustentabilidade.

Júnia apresentou o consumo de água do TRT3 no período da pandemia de COVID, a fim de demonstrar que, com relação a esse item, não houve redução expressiva naquele período, ao contrário do ocorrido com a energia elétrica, cujo consumo foi bastante reduzido. Enfatizou, ainda, não ter encontrado explicação para tal fato.

Patrícia mencionou a necessidade de atualização do Plano de Ações, dando prioridade aos eixos/ações que têm peso maior no IDS, com foco também na criação de projeto estratégico para haver perenidade no Plano de Ações e suas revisões.

Thaís, representante da SEGE, mencionou que na RAE algumas pessoas perguntaram sobre a coleta seletiva, ficando demonstrado o interesse na temática.

Júnia comentou que a coleta seletiva é implantada no tribunal, mas não é cumprida a contento. Relembrou que, no ano passado, a SSI realizou trabalho voltado para conscientização dos trabalhadores terceirizados do Tribunal, e disse que as ações já implementadas para conscientização dos servidores mostram-se ineficientes (por exemplo: folder nas copas; mala direta). A SSI acionará o Laboratório de Inovações para solicitar auxílio no desenvolvimento de projeto visando à conscientização da população do TRT3.

Patrícia reforçou a ideia de que a demanda deve ser um projeto estratégico.

Thaís sugeriu que um servidor de cada unidade seja treinado a fim de replicar o conhecimento aos demais colegas sobre a coleta seletiva.

Dra. Cristiana Fenelon sugeriu a criação de curso de caráter obrigatório a todos servidores/magistrados sobre os temas coleta seletiva e sustentabilidade.

Neuza, representante da Secretaria da Escola Judicial, lembrou a figura do agente socioambiental, que existia há alguns anos.

Patrícia observou que como as demandas são muitas e as pessoas para executá-las são poucas, deve haver foco nas ações mais prioritárias para o IDS, sugerindo, na oportunidade a atualização da Política Socioambiental.

Júnia apresentou matriz de importância dos indicadores, sendo que os itens mais relevantes são consumo de água e energia elétrica, seguidos do consumo de copos descartáveis e papel, todos eles com medição *per capita*.

Júnia enfatizou que já solicitou à SECOM a produção de cartazes sobre o uso correto e consciente do copo de amido de milho, que, apesar de mais caro que os copos de plástico, apresentam decomposição sustentável e podem ser utilizados diversas vezes no mesmo dia. Reforçou que os copos de amido de milho não contabilizam como copos descartáveis para o IDS.

Na sequência, Júnia citou o Plano de Compensação Ambiental, esclarecendo que o processo de contratação de empresa para realizar o inventário do nível de emissão de gases do efeito estufa já se encontra instruído e em breve será tramitado.

Dra. Cristiana Fenelon ponderou que as videoconferências são benéficas para diminuir as emissões de tais gases.

## **2) Revisão do PLS (Plano de Logística Sustentável) e do respectivo Plano de Ações**

Júnia conduziu a apresentação do PLS, informando que em uma das fases do PLS é necessário o estabelecimento de metas para os diversos eixos temáticos, dando como exemplo a meta de “reduzir em 50%, até 2026, o consumo de resmas de papel, em relação ao consumo no ano de 2019”. Ela explicou que para os fins do PLS, o TRT3 já alcançou essa meta. Porém, para o IDS ainda não, uma vez que a aferição do IDS é em relação ao ano anterior. Foi concluído que a meta do nosso PLS está desalinhada da meta nacional do IDS. Por isso também, a necessidade de revisão do PLS.

Thaís ponderou que talvez seja o caso de adequação da metodologia utilizada para definição da meta do PLS.

Ficou deliberado que a revisão das metas do PLS é uma das próximas tarefas do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade.

Gustavo, Secretário de Gestão Predial, sugeriu que as unidades com maior gasto de papel sejam objeto de direcionamento prioritário, a fim de que se consiga um resultado maior com esforço pontual.

Thaís sugeriu que, com relação ao consumo de papel, o quantitativo desse item na Cesta de Materiais administrada pela SEML seja atualizado anualmente, tomando-se como base o consumo de cada unidade no ano anterior. E, após tal atualização, seja criada a meta.

Márcia, representante da Diretoria-Geral, informou que o IDS tem uma metodologia um pouco mais complexa, pois não compara o desempenho do Tribunal consigo mesmo, mas também com os outros Regionais.

Na sequência, Júnia apresentou as ações constantes atualmente no Plano de Ações do PLS, a fim de que fossem referendadas, excluídas ou adequadas.

O Comitê deliberou pela retirada da Ação “Apresentação de relatório de estudo de viabilidade de reaproveitamento de águas pluviais”, em virtude de ainda não haver previsão concreta de início e de prazo para conclusão.

Quanto à Ação referente à campanha de incentivo à imediata notificação de vazamentos, Hudson, representante da SEGPRES, sugeriu que os vigilantes que trabalham nos finais de semana nos diversos prédios da JT-MG, registre a leitura do hidrômetro às sextas-feiras após o fim do expediente, e na segunda-feira, antes do início do expediente, o que foi aprovado.

Júnia deu prosseguimento à apresentação das ações constantes dos eixos temáticos “QUALIDADE DE VIDA” e “CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE”. Quanto à essa última, Neuza confirmou que as ações previstas no Plano já estão em andamento.

No eixo temático “VEÍCULOS”, o Comitê deliberou pela retirada da Ação que envolve a contratação do sistema TaxiGov. Nesse mesmo eixo, o andamento das Ações de “contratação de limpeza ecológica” e “priorização de abastecimento dos veículos da frota com etanol” será verificado junto à SEGEST.

No eixo temático “OBRAS E REFORMAS”, a SENG e a SEGPRES confirmaram o andamento das ações.

As ações que compõem o eixo temático “EQUIDADE E DIVERSIDADE” serão levadas ao conhecimento do Comitê pertinente.

Júnia encerrou a pauta relativa à SSI.

A próxima reunião do CPLS foi agendada para o dia 20/09/2024, às 14h.

Nada mais a registrar.

Para constar, eu, Rafaela Oliveira Câmara Frazão, assessora técnica da Diretoria de Administração, lavrei esta ata.